



Pernambuco em um contexto de Desigualdade Regional sob a Ótica dos Rendimentos do Trabalho

Higor Roberto da Silva (Graduando em Economia – CAA/UFPE)¹

Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa (Doutora em Economia/Professora do
Núcleo de Gestão - CAA/UFPE)²

Rosa Kato (Doutora em Economia/Professora do Núcleo de Gestão - CAA/UFPE)³

Um estudo da distribuição de renda sob a perspectiva do rendimento proveniente do trabalho, em contexto nacional e com recortes para os estados, constata a clara desigualdade regional que configura o cenário interno brasileiro. A presente análise contou com os dados da PNAD-C (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), disponibilizados pelo IBGE no ano de 2021.

O primeiro cartograma, exposto pela Figura 1, mostra a segmentação distinta entre as regiões Norte/Nordeste e Centro-Oeste/Sudeste/Sul. As primeiras, com tons mais claros, se concentram entre as três faixas inferiores de rendimentos médios provenientes de todas as fontes de trabalho (R\$ 1.483,00 a R\$ 2.269,00). Por outro lado, as últimas se concentram nas duas faixas superiores (R\$ 2.270,00 a R\$ 4.188,00).

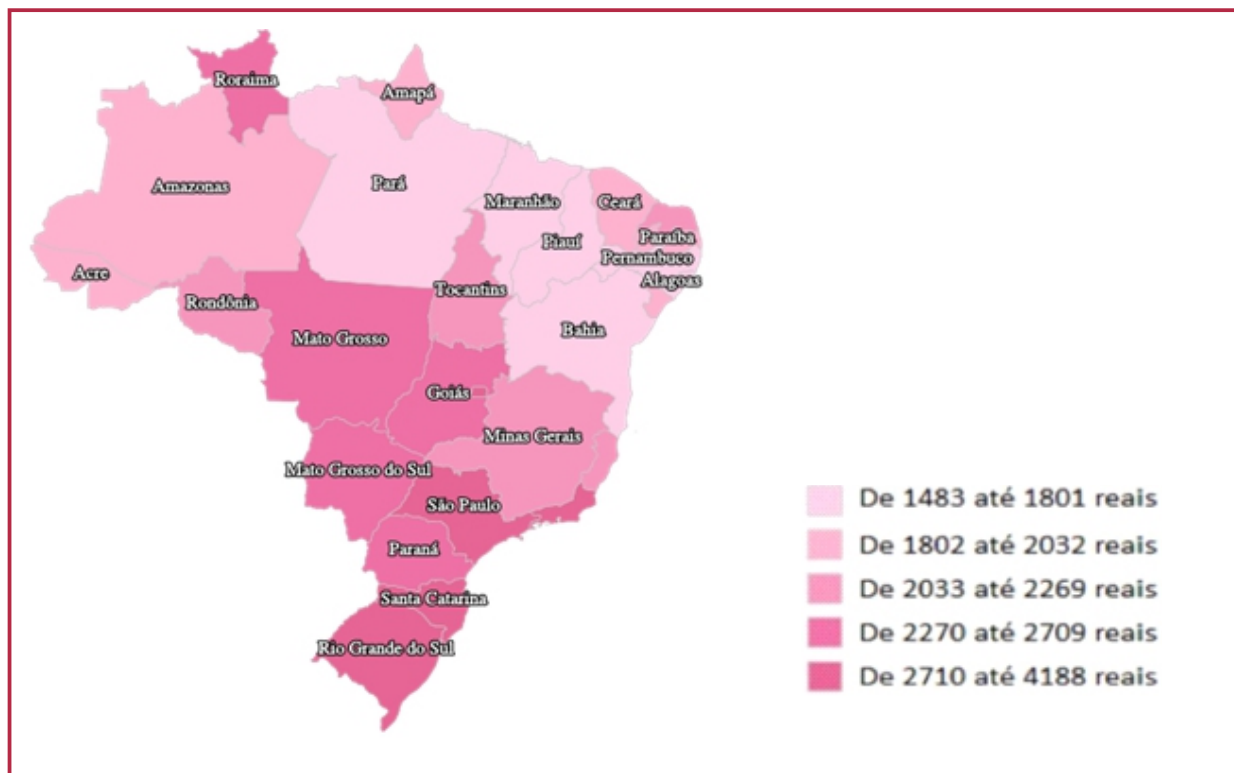
¹higor.roberto@ufpe.br

²lucilena.castanheira@ufpe.br

³rosa.kato@ufpe.br

Figura 1

Brasil – Rendimento médio da população acima de 14 anos ou mais, recebidos por todas as fontes de trabalho – 2021



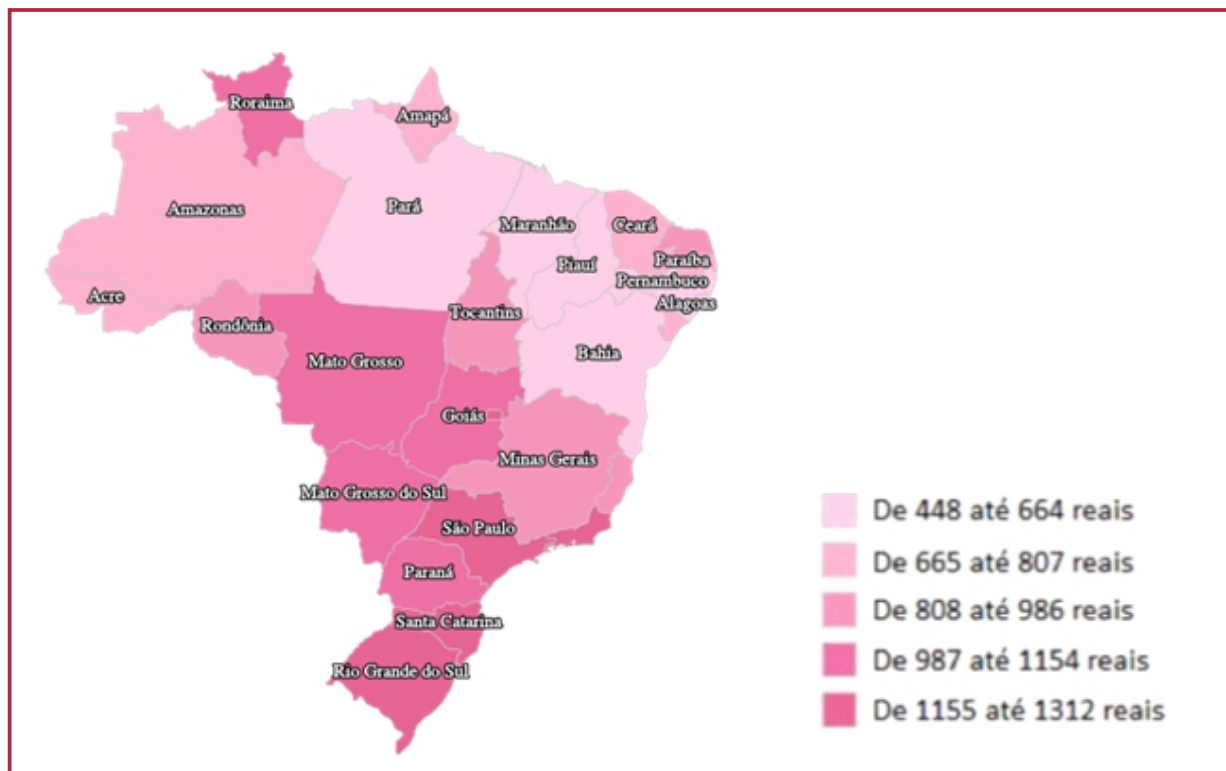
Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADC (2021).

O rendimento médio do trabalho do estado de Pernambuco, em 2021, foi R\$1.801,00, alocado na primeira faixa inferior. Vale destacar também a posição do estado de Roraima, que ficou na terceira faixa média de renda do país, e Minas Gerais, que teve uma renda média (R\$ 2.173) inferior à sua região.

Desigualdades interregionais são uma herança histórica no Brasil e têm grande correlação com a concentração espacial da indústria (Furtado, 1972). Aliada a essa tendência, corre em paralelo uma elevada desigualdade relacionada à concentração pessoal da renda do trabalho. O rendimento médio real do 1% da população com maiores rendimentos era de R\$ 28.657,00 em 2021, o que corresponde a 30 vezes o rendimento médio dos 50% mais pobres (R\$ 941,00). Em Pernambuco, a diferença é ainda mais acentuada: o grupo situado no nível mais elevado conta com uma renda média de R\$ 29.295,00, que supera em 43 vezes a renda dos 50% mais pobres (R\$ 681,00).

O segundo cartograma, na Figura 2, apresenta o rendimento médio real dos 50% menores rendimentos. Constata-se que a região Nordeste tem, novamente, o menor rendimento oriundo do esforço laboral, em média 44,70% menor que as localidades com os maiores valores – estados do Sul e o estado de São Paulo. Dentro da região, despontam Maranhão, Bahia e Piauí com o pior rendimento médio do trabalho. Pernambuco tem um desempenho levemente melhor que seus vizinhos, mas ainda preocupante.

Figura 2
Brasil – Rendimento médio da população acima de 14 anos ou mais,
recebidos por todas as fontes de trabalho – 2021



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADC (2021).

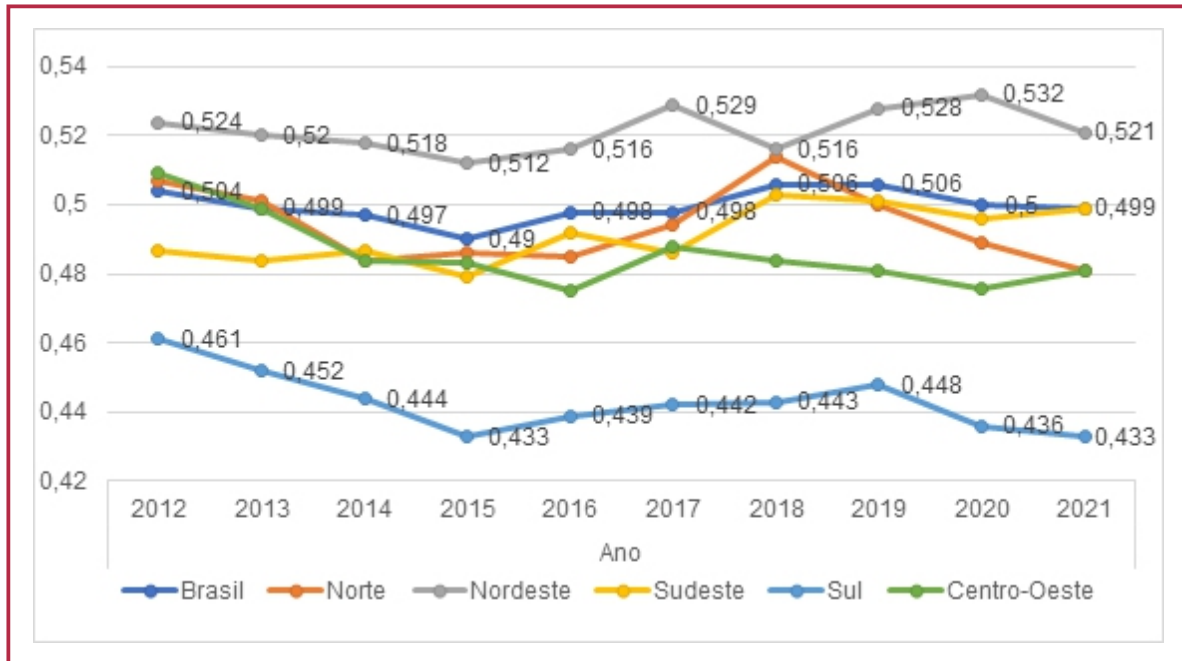
Traçado esse panorama, o contraste regional entre níveis de rendimentos fica flagrante. Atesta-se que quanto menor o desenvolvimento de uma região, mais concentrada tende a ser sua renda; afinal, um dos braços do subdesenvolvimento é o conflito distributivo acirrado, responsável por gargalos de ineficiência que minguam a produtividade e desperdiçam recursos (Mendes, 2014).

O índice de Gini do rendimento médio real laboral por região, que varia de zero (igualdade) até um (desigualdade máxima), apresentado pelo Gráfico 1, foi estimado em 0,499 em 2021 para o país.

Na série histórica de 2012 a 2021 o Nordeste se destaca como a região de maior concentração de renda, à medida que o indicador oscila sempre acima da média nacional. Ocorre uma tendência de queda no período de 2012 a 2015, rompida pela crise econômica e política que afligiu o país no processo de impeachment de Dilma Rousseff. Estabelecida a transição para o governo Temer, esse indicador aumenta para 0,529 em 2017, segunda maior alta (perdendo apenas para o ano de 2020, em que se inicia a crise da COVID-19). Entre 2017 e 2018 apresenta uma leve queda (0,516), voltando a subir, em 2019 e 2020, já no governo Bolsonaro.

A concentração de renda no Nordeste cai em 2021, o que, ao menos em parte, pode ser justificado pela transferência direta de renda mecanizada através do Auxílio Emergencial. A nível nacional, o impacto dessa medida foi sentido já em 2020: o indicador diminui 0,006 em relação ao seu valor de 2019, uma das maiores quedas da série histórica. Essa tendência de queda no ano em questão foi seguida pelas regiões Norte, Centro-Oeste, Sul e, em menor medida, Sudeste.

Gráfico 1
Índice de Gini por Região – 2012-2021



Fonte: Elaboração própria, com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADC 2021/IBGE (2022a).

Apresentando resultados diametralmente opostos aos do Nordeste, o Sul desponta como a região com mais plena distribuição de renda entre os indivíduos, o que sinaliza melhores condições socioeconômicas para sua população. Fator preponderante para o entendimento desse índice é a estrutura do mercado de trabalho. Enquanto o desemprego é generalizado no Nordeste, o Sul apresenta as menores taxas para todos os gêneros e faixas etárias; em adição, estados sulistas contam com índice de informalidade mais baixo do país, enquanto as regiões Norte e Nordeste têm o maior percentual de trabalhadores sem carteira assinada (IBGE, 2022b). Vale destacar que Pernambuco também é afligido por essas tendências adversas.

Fracionamento dos salários e redimensionamento das jornadas de trabalho são elementos característicos à informalidade e resultam em menores rendimentos do trabalho. À vista disso, entende-se que a concentração de renda de uma localidade é determinada pelo tamanho de seu setor informal, que abarca os grupos mais vulneráveis da economia. Uma grande presença de informalidade e contratações voláteis certamente impactará negativamente os rendimentos do trabalho, favorecendo a ampliação de desigualdades.

O maior acesso à educação superior (especialmente nas regiões menos desenvolvidas do país, ao longo dos anos 2000) não veio acompanhado de maiores oportunidades de trabalho; ou seja, a inserção ao mercado de trabalho especializado e a conquista de melhores rendimentos não se concretizaram integralmente. Políticas públicas mais inclusivas e maior acesso aos serviços públicos compõem o caminho para uma atenuação desse cenário, porém não é possível identificar movimentos dessa natureza por parte dos gestores públicos; pelo contrário, a recente Reforma Trabalhista fomentou a migração de regimes de trabalho em direção à informalidade e normalizou empregos com remunerações reduzidas.



Diante do exposto, fica evidente que, dentre as cinco macrorregiões que o país é dividido, a existência da desigualdade interregional é persistente, podendo em alguns momentos apresentar melhora, mas sempre de forma inconstante. A concentração de renda está na raiz das malformações sociais do Brasil e demanda medidas equalizadoras que visem revertê-la (Furtado, 1999). Pernambuco é um agente central no conjunto da atividade econômica nordestina, com exposto potencial para alavancar-se a outro patamar.

Referências

Furtado, C. **Análise do modelo brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

Furtado, C. **O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas>. Acesso em nov. 2022a.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Desemprego recua na maioria dos estados na média anual para 2021**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/33034-desemprego-recua-na-maioria-dos-estados-na-media-anual-para-2021>. Acesso em nov. 2022b.

Mendes, M. **Por que o Brasil cresce pouco?** Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.



Situação de insegurança alimentar e indicadores de desenvolvimento: O que os municípios do Agreste Pernambucano revelam?

Marília Aparecida da Silva Lima (Mestranda em Economia PPGECON/UFPE)¹
Danyella Juliana Martins de Brito (Doutora em Economia pela UFMG. Professora de NG/CAA/UFPE e do PPGECON/UFPE)²

A insegurança alimentar (IA) domiciliar está relacionada com o nível de vulnerabilidade à pobreza que algumas famílias enfrentam. A situação de insegurança alimentar, por si, é uma violação do direito humano à alimentação, se caracterizando como um processo progressivo de falta de acesso à alimentação dentro das famílias. Tal vulnerabilidade social está associada com condições precárias, que afetam o bem-estar dos indivíduos, e reflete a fragilidade socioeconômica dos municípios. No Brasil o cenário é preocupante, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, que possuem os maiores níveis de IA, comparativamente as demais regiões (Silva et al., 2022).

Segundo os dados do Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional, dos 71 municípios do Agreste Pernambucano, 56 exibiam algum nível de desnutrição em 2016 (SISVAN, 2018). O município de Caetés obteve o maior nível de desnutrição dos municípios da mesorregião, enquadrado na categoria de “muito alta desnutrição”. Já o município de Capoeiras foi o único com “alta desnutrição” na mesorregião. Assim, os outros 54 municípios que exibiam algum nível de desnutrição são todos enquadrados na categoria de “média desnutrição”. Diante desse cenário, faz-se necessário compreender com mais profundidade a real situação de insegurança alimentar nos referidos municípios, tentando identificar as desigualdades em termos de intensidade de IA.

Para atingir o objetivo proposto, foi construído um indicador de insegurança alimentar por meio da análise de componentes principais³. Esse indicador busca medir o nível de insegurança alimentar nos municípios com base nas variáveis de déficit de peso para idade (DPI) – proporção de crianças menores de cinco anos de idade que apresentam peso corporal abaixo do limite de normalidade aceitável para a idade – e déficit de altura para idade (DAI) –

¹marilia.aslima@ufpe.br

²danyella.brito@ufpe.br

³Em síntese, aplica-se a análise de componentes principais via matriz de covariância. O indicador de IA é obtido via combinações lineares, cujos coeficientes de ponderação refletem a diferença de variância das variáveis originais além da covariância entre elas. Para mais detalhes, sobre a análise de componentes principais, ver Mingoti (2005).

proporção de crianças menores de cinco anos de idade acompanhadas pelas condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família (PBF) que apresentam estatura abaixo do limite de normalidade aceitável para a idade. Vale ressaltar que o indicador construído neste estudo tem por base o nível de vulnerabilidade a Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN) (SISVAN, 2018). Diferente do nível de vulnerabilidade INSAN, que apenas categoriza os municípios com “muito alta”, “alta” ou “média” desnutrição, o indicador construído varia entre 0 e 1, de modo que valores mais próximos da unidade caracterizam localidades com mais intensidade de IA, permitindo o exame das diferenças municipais existentes.

A Tabela 1 apresenta o ordenamento das piores e melhores situações dos municípios do Agreste Pernambucano, considerando o nível de insegurança alimentar em 2016. Fica perceptível as fortes heterogeneidades em termos de insegurança alimentar nos municípios do Agreste Pernambucano. Conforme já ressaltado, os dois municípios que apresentaram nível de vulnerabilidade INSAN elevados foram Caetés, com um índice “muito alto”, e Capoeiras, com um índice “alto”.

Tabela 1
Caracterização da situação de insegurança alimentar nos municípios do Agreste Pernambucano em 2016

<i>Ranking - 20 maiores níveis de IA</i>			<i>Ranking - 20 menores níveis de IA</i>		
Município	Vulnerabilidade a Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN)	Insegurança Alimentar (IA)	Município	Vulnerabilidade a Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN)	Insegurança Alimentar (IA)
Caetés	Muito alta	0,950	São João	Média	0,357
Capoeiras	Alta	0,721	Taquaritinga do Norte	Média	0,356
Buíque	Média	0,556	Bezerras	Média	0,352
Paranatama	Média	0,546	Gravatá	Média	0,352
Jupi	Média	0,532	Frei Miguelinho	Média	0,345
Tacaimbó	Média	0,528	Sanharó	Média	0,344
Santa Maria do Cambucá	Média	0,508	Barra de Guabiraba	Média	0,337
Bom Conselho	Média	0,487	Brejão	Média	0,333
Bom Jardim	Média	0,470	Feira Nova	Média	0,328
Jucati	Média	0,459	Palmeirina	Média	0,326
Surubim	Média	0,458	Santa Cruz do Capibaribe	Média	0,324
Agrestina	Média	0,448	Lagoa dos Gatos	Média	0,322
Tupanatinga	Média	0,447	Limoeiro	Média	0,320
Jataúba	Média	0,446	Venturosa	Média	0,314
Correntes	Média	0,442	Itaíba	Média	0,309
Jurema	Média	0,436	Machados	Média	0,301
Calçado	Média	0,433	Pedra	Média	0,294
Toritama	Média	0,431	Iati	Média	0,290
Brejo da Madre de Deus	Média	0,417	Lajedo	Média	0,288
Altinho	Média	0,415	Passira	Média	0,272

Fonte: Elaboração das autoras, com base nos dados do Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN, 2018).



Os demais municípios enquadrados, pelo nível de vulnerabilidade INSAN, com nível médio de desnutrição, apresentam níveis distintos de insegurança alimentar, ao se observar o indicador construído IA. Fica perceptível que o nível de insegurança alimentar é mais intenso em Buíque (0,556), Paratama (0,546), Jupi (0,532), Tacaimbó (0,528) e Santa Maria do Cambucá (0,508), comparativamente aos municípios de Pedra (0,294), Iati (0,29), Lajedo (0,288) e Passira (0,272).

Um caso particular é Toritama (0,431), a localidade está entre as três principais cidades do Arranjo Produtivo Local (APL) têxtil e de confecção do Agreste Pernambucano, apresenta uma intensa atividade no setor têxtil e comercial, e está entre os 20 municípios com maior intensidade de IA na mesorregião. As outras duas cidades do APL têxtil e de confecção do Agreste, Caruaru (0,379) e Santa Cruz do Capibaribe (0,324), apresentam níveis menos intensos de IA. De acordo com Santos e Vasconcelos (2018), o município de Toritama apresentava 94,5% dos trabalhadores desempenhando atividades informais, pelos dados censitários de 2010. Assim, a evidente precarização do trabalho na cadeia de confecções certamente está associada ao quadro de vulnerabilidade em termos de insegurança alimentar, no município.

Este estudo apresenta, portanto, um retrato simplificado das desigualdades em relação a insegurança alimentar nas principais cidades da mesorregião do Agreste Pernambucano em 2016. A análise da situação de insegurança alimentar nos municípios conectada aos indicadores de desenvolvimento municipal em termos de serviços de saúde, educação e renda, permitem identificar localidades mais vulneráveis na referida mesorregião.

Para examinar o nível de desenvolvimento municipal em termos de renda, é utilizado o índice de desenvolvimento de riqueza municipal (IDM-Riqueza). O IDM-Riqueza é calculado através de variáveis municipais, tais como Produto Interno Bruto (PIB) per capita; as participações separadamente do valor adicionado da indústria, da agropecuária e dos serviços no valor adicionado total; a renda trienal média do emprego formal; e o percentual de famílias que foram beneficiadas pelo Programa Bolsa Família no município. O IDM-Educação tem por base indicadores de taxas de atendimento escolar na faixa etária de 4 a 5 anos e de 6 a 14 anos de idade, e as médias da proporção de alunos da rede pública que atingiram o nível adequado nas provas de português e matemática (5º e 9º anos do EF, separadamente). O índice de desenvolvimento do eixo saúde (IDM-Saúde) é computado através das taxas municipais de mortalidade infantil, taxas de mortalidade das pessoas de 15 a 39 anos e de 60 a 69 anos, proporção de nascidos vivos de mães que realizaram sete ou mais pré-natal, cobertura vacinal e proporção de partos cesáreos no Sistema Único de Saúde (SUS) do total de partos no município pelo SUS (ANIPES, 2017).

Nesse contexto, a Figura 1 exibe a relação observada entre o indicador de insegurança alimentar e os índices de desenvolvimento municipais em 2016, para os 10 principais municípios do Agreste Pernambucano. É notável que, no que se refere ao IDM-Educação, as cidades com maior nível de desenvolvimento educacional são as que apresentam também uma menor intensidade de insegurança alimentar. As cidades de Limoeiro e Bezerros possuem os maiores níveis de desenvolvimento educacional (0,76 e 0,66, respectivamente), e menores indicadores de insegurança alimentar. Por outro lado, Bom Conselho e Pesqueira apresentam os menores índices de IDM-Educação (0,35 e 0,42, respectivamente) e maiores de IA.

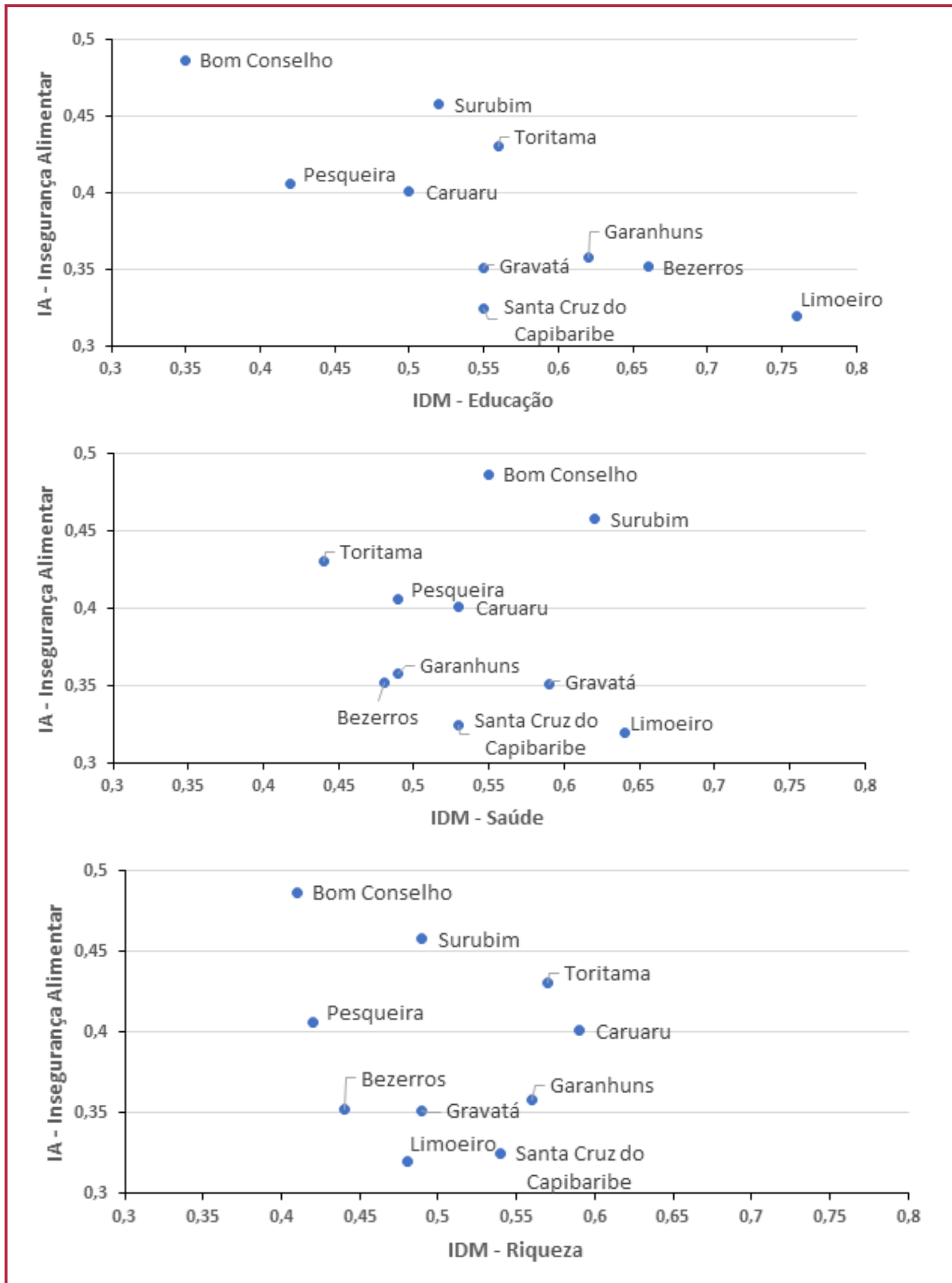
Sobre o índice de desenvolvimento municipal em termos de saúde, verifica-se que Limoeiro



(0,64) apresenta o maior nível do referido indicador. Por outro lado, o município de Toritama (0,44) possui o menor índice, dentre os dez municípios examinados. Vale lembrar que Toritama está entre os 20 municípios com maior intensidade de IA na mesorregião (Tabela 1). A realidade constatada para a cidade de Toritama sinaliza para uma possível deficiência das políticas públicas no que tangencia saúde.

Com relação ao IDM-Riqueza, Caruaru (0,59), Toritama (0,57) e Garanhuns (0,56) apresentam os maiores níveis de desenvolvimento municipal em termos de renda. Porém, em termos de insegurança alimentar, já foi observado que Toritama exibe uma das maiores intensidades de IA. Ademais, Bom Conselho apresenta os menores indicadores de desenvolvimento em termos de riqueza, e o maior nível de IA, estando entre os dez municípios com maiores intensidades de insegurança alimentar na mesorregião (Tabela 1). A realidade observada para Bom Conselho sinaliza o nível de vulnerabilidade socioeconômica da cidade

Figura 1
Insegurança alimentar e indicadores de desenvolvimento nos principais municípios do Agreste Pernambucano em 2016



Fonte: Elaboração das autoras, com base nos dados do Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN, 2018) e dados da Agência CONDEPE/FIDEM/DEPE/DEPS/GESD. Nota: Foram selecionados os 10 municípios com maior PIB em 2018, entre os 56 municípios do Agreste Pernambucano com algum nível de IA.

Fatores reveladores da vulnerabilidade à pobreza ficam aparentes ao se analisar a insegurança alimentar e nutricional. O círculo vicioso da pobreza ao nível municipal se torna perceptível, ao se observar que localidades com menores níveis médios de escolaridade podem ser aquelas com mais barreiras à entrada dos indivíduos no mercado de trabalho e menores rendimentos médios do trabalho, por conseguinte, o resultado é uma alta parcela dos domicílios com baixo rendimento familiar ou, até mesmo, uma elevada parcela dos domicílios sem rendimento do trabalho. Neste contexto, certamente mais indivíduos enfrentam cenários adversos em relação a insegurança alimentar (SILVA et al., 2022). Portanto, o combate às desigualdades passa diretamente por políticas públicas que atenuem o nível de insegurança alimentar nos municípios do Agreste Pernambucano.

Referências

Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística (ANIPES). **IDM-ANIPES Boletim Metodológico**. 2017. Disponível em http://www.anipes.org.br/wpcontent/uploads/2017/05/Boletim_metodologia_IDM_Anipes_2016-4.pdf. Último acesso em 01/11/2022.

Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM). **Base de dados do Estado (BDE)**. Disponível em <http://www.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem/base-de-dados>. Último acesso em 01/11/2022.

VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em <http://olheparaafome.com.br/>. Último acesso em 01/11/2022.

Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). **Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional (Mapa InSAN)**. 2018 (ano referência 2016). Disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/portal-san/artigo.php?link=15>. Último acesso em 01/11/2022.

Mingoti, S. A. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada**. Minas Gerais: Editora UFMG, 2005.

Santos, T. G. et al. Tendência e fatores associados à insegurança alimentar no Brasil: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2009 e 2013. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 4, p.1-17, 2018.

Santos, B. B., Vasconcelos, V. M. Fatores socioeconômicos e demográficos associados ao trabalho informal: o caso de Toritama, Pernambuco, Brasil. **Contemporânea**, v. 8, n. 1, p.289-316, 2018.

Silva, C. S. et al. Situação de insegurança alimentar em domicílio de Pernambuco, Região Nordeste do Brasil: contribuição para discussão da violação do direito à alimentação. **Saúde e Sociedade**, v. 31, n. 4, p.1-14, 2022.



A pobreza dificulta o acesso à universidade? Considerações sobre o Agreste Pernambucano

Edson Thiago Cavalcanti de França (Graduando Economia CAA/UFPE)¹
Paulo Ricardo Alves de Almeida (Graduando Economia CAA/UFPE)²
Andreza Daniela Pontes Lucas (Doutora em Economia. Professora
NG/CAA/UFPE)³

Considerado um país de renda média, o Brasil, apresentou renda mensal per capita igual a R\$1353,00 em 2021 segundo dados da PNAD contínua, porém quando observamos a renda mensal per capita nas diferentes regiões temos que na região nordeste essa renda chega a R\$843,00 segundo dados do IBGE, mostrando um quadro de forte desigualdade de renda no Brasil somando a um grave índice de pobreza levantado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2021 onde 29,6% da população brasileira (cerca de 62,9 milhões de brasileiros) vive com menos de R\$497,00 mensais. Para contornar esse cenário o Estado tem se empenhado em adotar um caminho pela via da educação, juntamente com outras políticas sociais, para promover a redução das desigualdades e da pobreza dado o entendimento de que através da educação haveria uma maior capacidade de especialização da mão-de-obra que ao serem incluídas no mercado de trabalho tenderiam a receber salários mais elevados, conquistado a partir da elevação da produtividade média do trabalho considerando-se o nível de especialização dos indivíduos com acesso à educação. De acordo com um estudo do Insper sobre a correlação entre o nível educacional e a produtividade por município concluiu-se que os municípios mais produtivos apresentam percentuais mais elevados de concluintes do ensino médio e superior (Ferreira et al., 2017).

Compreendida a importância da educação na vida da população brasileira, uma questão se coloca latente no debate público e no presente boletim: a renda familiar pode impactar o acesso à educação e, portanto, na melhoria das condições de vida dos jovens brasileiros da região agreste do estado de Pernambuco? Visto que um dos flagrantes problemas que vinculam renda e nível educacional está o índice de evasão escolar que apresenta uma forte correlação positiva entre renda e permanência na escola onde segundo dados do IBGE em

¹edson.franca@ufpe.br

²paulo.ricardoalmeida@ufpe.br

³andreza.lucas@ufpe.br



2018 o índice de evasão escolar chega a 11,8% entre jovens de 15 a 17 anos pertencentes ao grupo dos 20% mais pobres, o que representa cerca 8 vezes o mesmo índice de entre os jovens de 15 a 17 anos pertencentes ao grupo dos 20% mais ricos. Isso mostra que os diferentes níveis de renda podem impactar o nível de educação dos jovens.

A principal porta de entrada ao ensino superior no país atualmente é o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). Esse exame foi instituído em 1998 com a finalidade de avaliar o desempenho escolar dos alunos que acabavam o ensino básico, e, a partir de 2009 foi remodelado e aprimorado para servir como porta de entrada dos alunos ao ensino superior (INEP). Ademais, os principais mecanismos pelos quais os estudantes concorrem às vagas do ensino superior utilizando a nota do exame são pelo SISU (Sistema de Seleção Unificada), onde os candidatos concorrem, por meio do sistema de cotas e de ampla concorrência, a vagas em universidades públicas federais e estaduais, sem custo; pelo ProUni (Programa Universidade Para Todos), em que são distribuídas bolsas de estudos parciais e integrais em universidades e faculdades privadas para aqueles que tenham até certa faixa de renda familiar; e, por meio do Fies (Fundo de Financiamento Estudantil), em que os estudantes pleiteiam conseguir financiamento para cursar o ensino superior e, posteriormente, pagar o financiamento ao término do curso.

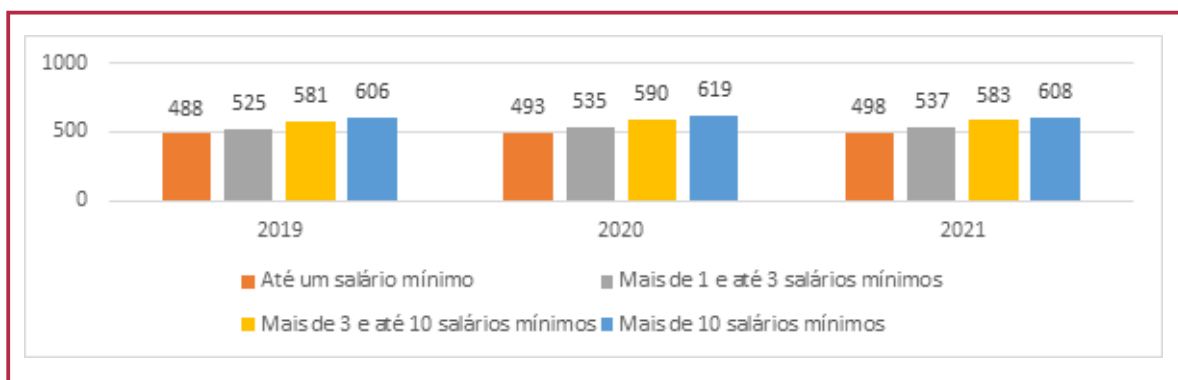
O exame é realizado em dois dias, com a aplicação de 1 redação e de 180 questões. São feitas no 1º dia as provas de linguagens, códigos e suas tecnologias; ciências humanas e suas tecnologias; e a redação, enquanto que, no 2º dia são realizadas as provas de ciências da natureza e suas tecnologias; e matemática e suas tecnologias. As inscrições para o exame podem ser feitas gratuitamente para aqueles que tenham cadastro nos programas sociais de distribuição de renda do governo federal.

A pandemia da covid-19 foi algo muito difícil para a educação mundial, em especial para a educação Brasileira, visto que, durante boa parte da pandemia, as escolas e universidades ficaram fechadas. Dados do censo escolar de 2020 mostram que “O percentual de escolas brasileiras que não retornaram às atividades presenciais no ano letivo de 2020 foi de 90,1%, sendo que, na rede federal, esse percentual foi de 98,4%, seguido pelas escolas municipais (97,5%), estaduais (85,9%) e privadas (70,9%).” (UNDIME, 2021), isso mostra o quão danosa a pandemia foi para com a educação, visto que, mesmo com medidas como o ensino remoto as dificuldades de ensino foram bastante agravadas, tendo em vista que, há diversas barreiras e problemas a serem enfrentados, como a indisponibilidade de famílias carentes em conseguirem adquirir equipamentos para os seus filhos terem acesso as aulas online, como também, a dificuldade dos estudantes em manterem o foco nos estudos estando em casa circundados de distrações. Supõe-se que o impacto maior tenha caído sobre as crianças que frequentam o ensino fundamental, visto que, são as que têm menor idade e maior dependência dos pais para o estudo dentro de casa, ocasionando um prejuízo enorme no nível educacional que perpassará por anos, isso é afirmado em um relatório do Banco Mundial que revela: “a pandemia pode fazer com que os sistemas educacionais da América Latina regridam e voltem ao que eram nos anos 1960, com consequências duradouras para toda uma geração” (Bernardes, 2021).

Ao observarmos as notas médias dos alunos por faixa de renda, Gráfico 1, considerando apenas as notas apenas dos alunos que estiveram presentes nos dois dias de provas dos municípios da região agreste de Pernambuco nos anos de 2019, 2020 e 2021 podemos observar que a nota média dos alunos de até um salário mínimo são as menores, em

contrapartida temos que as maiores médias são alcançada por alunos de uma faixa de renda maior do que 10 salários mínimos nos três anos observados, o que nos mostra uma relação positiva entre o desempenho no Enem e o nível de renda, que pode estar relacionada tanto com a capacidade de acesso a instituições preparatórias para o exame quanto a melhores instituições de ensino médio.

Gráfico 1
Desempenho médio no Enem por faixa de renda

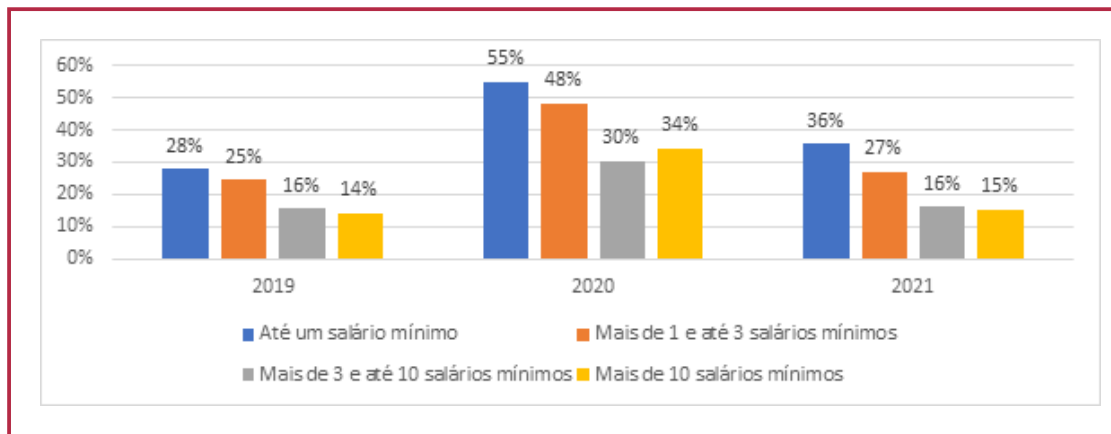


Fonte: Elaboração própria, a partir dos microdados do Inep (2022).

É importante considerar a quantidade de candidatos inscritos em cada ano e os que efetivamente compareceram aos locais de prova por faixa de renda (Gráfico 2). A quantidade de inscritos para as provas no Agreste pernambucano em 2019, 2020 e 2021, respectivamente foi 61.319, 67.533 e 42.277. Notamos uma grande disparidade de alunos inscritos nos anos 2020 e 2021 (uma redução de 37,4% ou de 25.256 alunos) isso pode estar relacionado a pandemia de Covid-19 que se tornou mais intensa em 2021 causando uma grande insegurança sanitária desincentivando os alunos a se inscreverem. Vale salientar que os candidatos que apresentam uma renda familiar menor que um salário por pessoa são isentos de pagamento de inscrição, portanto o preço da inscrição não pode ser apontado como causa para redução dos inscritos nesta faixa de renda.

O gráfico 2 nos apresenta o alto grau de abstenções em todas as faixas de renda no ano de 2020 em comparação a 2019 e 2022 que pode indicar, novamente, os efeitos da pandemia dado que na data de aplicação do referido exame ocorreu o surto de covid-19. O gráfico 2 nos mostra as persistentes taxas elevadas de abstenção dos alunos de até um salário mínimo, chegando em 55% em 2020.

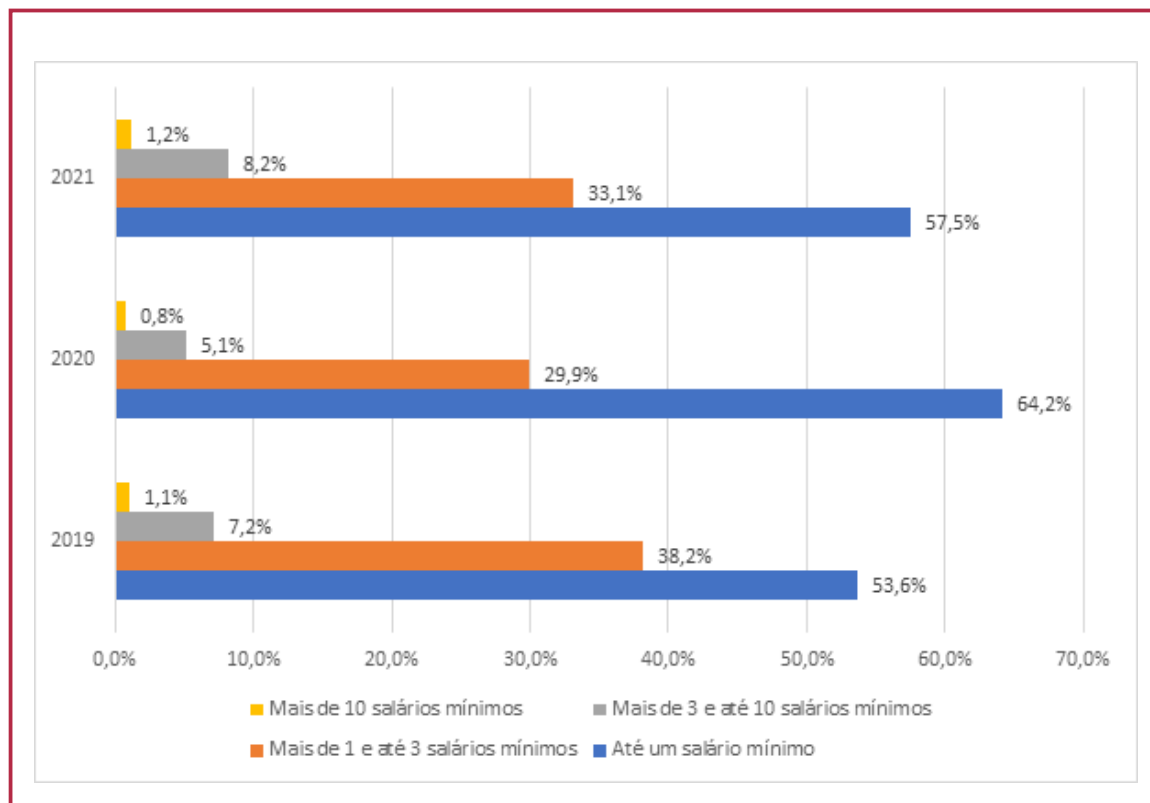
Gráfico 2
Percentual de abstenção por faixa de renda



Fonte: Elaboração própria, a partir dos microdados do Inep (2022).

Observa-se no gráfico 3 que há um grande ganho de participação dos candidatos que fizeram a inscrição para o exame em 2020 e tem até 1 salário mínimo, saindo de 53,6% para 64,2%, isso se deve a um aumento de 10477 estudantes inscritos a mais nessa edição, representando um crescimento de 31,77% nessa faixa de renda, enquanto que, em todas as outras faixas de renda houve um decréscimo da quantidade de estudantes inscritos. Ademais, algo bastante importante de se analisar é o fato de, mesmo que, aparentemente a faixa de renda de até 1 salário mínimo e a seguinte de 1 a 3 terem apresentado um decréscimo não tão grande e um pequeno crescimento, respectivamente, na distribuição relativa dos inscritos, houve um grande decréscimo da quantidade de inscritos de ambas as faixas de renda no ano de 2021, com taxas de crescimento negativas de 43,92% e 30,68% e diminuição de 19031 e 6195 inscritos, respectivamente. Logo, nota-se o quão impactante foi a pandemia do Covid-19 na vida dos estudantes, que passaram a ter menos expectativas de conseguir uma vaga no ensino superior, tendo como mais prejudicados os estudantes das faixas de renda mais baixas.

Gráfico 3
Percentual de candidatos por faixa de renda



Fonte: Elaboração própria, a partir dos microdados do Inep (2022).

Conclui-se que a pandemia afetou negativamente a participação dos estudantes no Enem. Ademais, os estudantes que pretendiam ingressar no ensino superior tiveram um grande impacto nas expectativas, devido ao prolongamento e descontrole da pandemia, fazendo com que muitos tenham desistido de prestar o exame em 2020 e muitos deixaram de fazer as inscrições no ano seguinte.

Com o que fora apresentado anteriormente podemos notar que há uma clara influência da renda familiar dos alunos no desempenho dos mesmos no exame nacional do ensino médio (Enem) mostrando que juntamente com a ampliação da educação se faz necessário uma igual mobilização no sentido de prover uma renda cidadã que sirva de sustentação para toda essa massa de alunos em situação de fragilidade econômica

Referências

Belande, C. **Rendimento domiciliar per capita cai ao menor nível desde 2012**. IBGE, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34052-em-2021-rendimento-domiciliar-per-capita-cai-ao-menor-nivel-desde-2012>. Último acesso em 10 nov. 2022

Bernardes, T. **Impactos da Pandemia na Educação**. Futura, 2021. Disponível em <https://www.futura.org.br/impactos-da-pandemia-na-educacao/>. Último acesso em 10 nov. 2022.

Ferreira, M. J. B et al. Produtividade e educação nos municípios brasileiros. **Centro de políticas públicas do INPER**. Policy paper nº 24, 2017

Fundação Getúlio Vargas (FGV), **Mapa da nova pobreza: Estudo revela que 29,6% dos brasileiros têm renda familiar inferior a R\$ 497 mensais**. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/mapa-nova-pobreza-estudo-revela-296-brasileiros-tem-renda-familiar-inferior-r-497-mensais>. Último acesso 9 nov. 2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) **Mesmo com benefícios emergenciais, 1 em cada 4 brasileiros vivia em situação de pobreza em 2020**. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/32420-mesmo-com-beneficios-emergenciais-1-em-cada-4-brasileiros-vivia-em-situacao-de-pobreza-em-2020>. Último acesso em 9 nov. 2022.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)**. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem>. Último acesso em 9 nov. 2022.

MADEIROS, M. et al. Educação, desigualdade e redução da pobreza no Brasil. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**. Texto para discussão, 2019

Mendonça, R. S. **NBR 6023: Referências–Elaboração**. 17/05/2022. Slide. Último Acesso em 10 nov. 2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Abandono escolar é oito vezes maior entre jovens de famílias pobres**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25883-abandono-escolar-e-oito-vezes-maior-entre-jovens-de-familias-mais-pobres>. Último acesso em 10 nov. 2022.

União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). **Divulgados dados sobre impacto da pandemia na educação**. Disponível em <https://undime.org.br/noticia/08-07-2021-17-27-divulgados-dados-sobre-impacto-da-pandemia-na-educacao>. Último Acesso em 10 nov. 2022.



O trabalho do jovem e as desigualdades cruzadas no setor de confecções do Agreste de Pernambuco

Amanda Mayara da Silva Ribeiro (Graduanda em Administração CAA/UFPE)¹
Eugenio Pereira (Doutor em Sociologia. Professor do DCS/UEPB)²
Ana Márcia Batista Almeida Pereira (Doutora em Administração.
Professora NG/CAA/UFPE)³

No quadro mais amplo de desenvolvimento da região Nordeste, no tocante ao Agreste de Pernambuco, o setor de confecções ali constituído nos anos 1940-50, ocorreu às margens do aparato estatal, especificamente das políticas desenvolvimentistas encabeçadas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O principal arranjo institucional à época foi construído pela população local nas redes de proximidade e parentesco historicamente construídas, tendo na sua base a informalidade das formas e relações de trabalho nas atividades econômicas de produção, comércio e serviços de confecções (Pereira, Pereira, Braga, Freire, 2020).

Os autores supracitados afirmam que essa inserção laboral à margem da regulação pública e com incipiente assalariamento, no início, vem ganhando contornos modernizadores com repercussões na formalização dos vínculos de trabalho, tendo alcançado 13.166 trabalhadores com carteira assinada (padrão CLT), no ano de 2018, no conjunto das 1.406 empresas industriais de confecções, frente à marca modesta de 1.103, em 1994, nas 73 fábricas existentes no período.

Do conjunto desses trabalhadores, sabe-se que a inserção laboral ocorre precocemente, ainda na infância (Sobreira, 2014) ou início da juventude (Silva, 2009), no trabalho informal e precário, o que contribui para reprodução das desigualdades nas chances associadas a um percurso ocupacional voltado ao trabalho protegido. Partindo dessa premissa, este texto busca refletir sobre as desigualdades no trabalho formal de jovens⁴ na indústria de confecção

¹amanda.mayara@ufpe.br.

²eugenio.vital@gmail.com.

³anamarcia.almeida@ufpe.br.

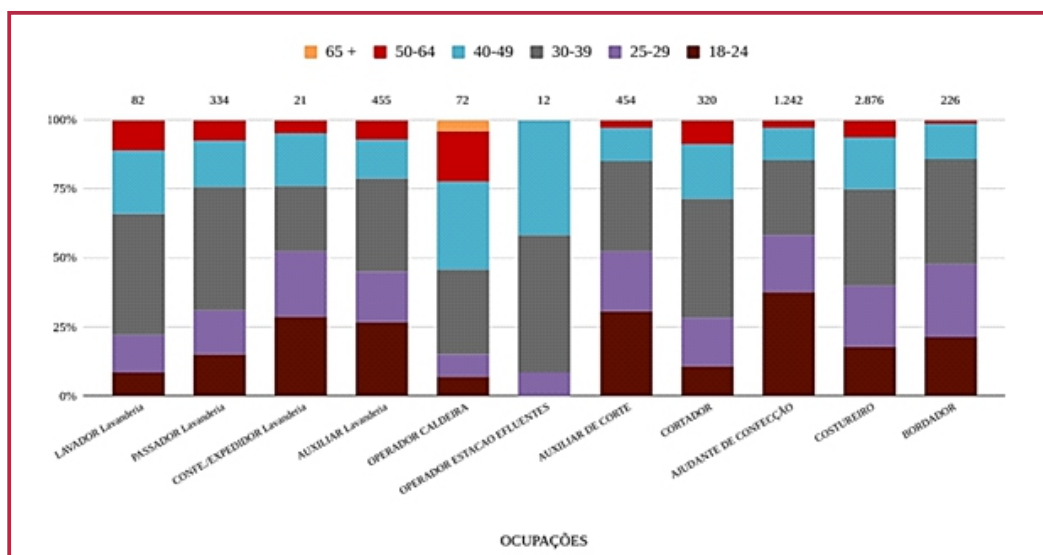
⁴Neste texto, jovens são as pessoas com idade entre 18 e 24 anos ("jovem") e entre 25 e 29 anos ("jovem-adulto"), conforme parâmetro da Organização Internacional do Trabalho, recuperado no relatório de Guimarães, Brito e Comin (2020).

no Agreste de Pernambuco, com base em dados recentes das variáveis ocupação, faixa etária, faixa de remuneração e seus cruzamentos, extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), com vistas a responder as seguintes indagações: quais são as ocupações com maior presença dos jovens? Qual é a relação entre a faixa etária e a perspectiva de auferir maiores rendimentos para esse segmento?

Os Gráficos 1, 2 e 3, na sequência, apresentarão dados importantes para se pensar a respeito do trabalho do jovem no setor de confecções da região Agreste de Pernambuco.

Gráfico 1

Distribuição das ocupações por Faixa etária na Indústria do Polo de Confeccões de Pernambuco (2020)



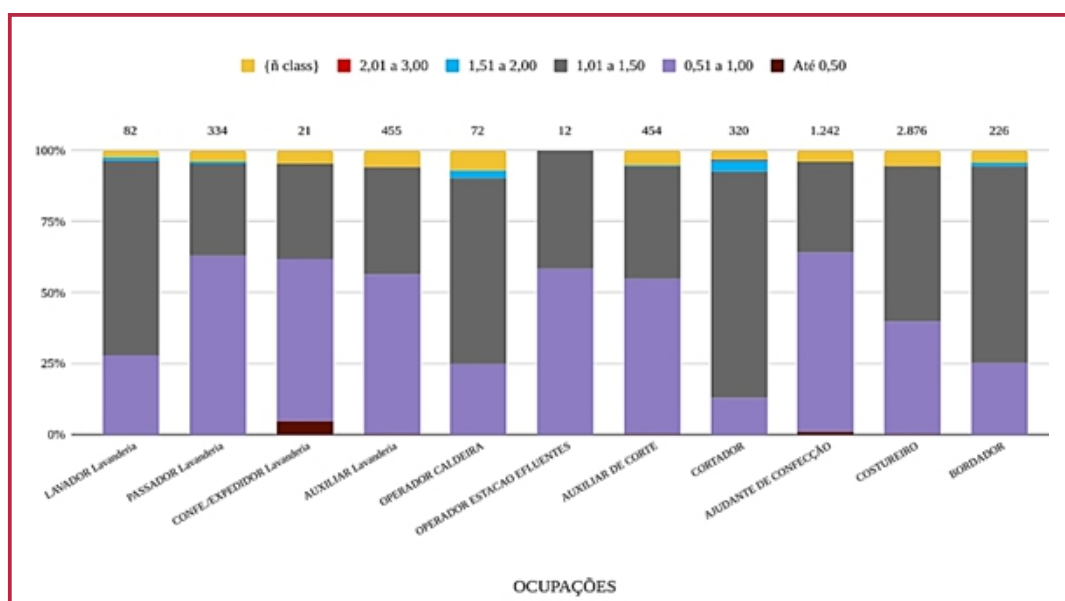
Fonte: Elaboração própria, com base em dados da RAIS/MTP (2022).

Com base no Gráfico 1, é possível notar que dos 6.094 empregados da indústria de confecção⁵, 2.651 (44%, aproximadamente) são jovens e 3.434 (56%) possuem entre 30 e 64 anos. Dos adultos, 61% estão na faixa etária de 30 a 39 anos, sendo a de maior representatividade no conjunto dos trabalhadores. Em relação às ocupações, os jovens têm participação a partir de 40%, em 5 das 11 selecionadas, destacando-se as seguintes: 'ajudante de confecção', 'auxiliar de corte', 'conferente em lavanderia', 'auxiliar de lavanderia', 'costureiro', perfazendo 58%, 52%, 52%, 45% e 40%, respectivamente. Destas, a ocupação 'costureiro' reúne o maior número de empregados, 2.876, correspondendo a 47% do total, seguida de 'ajudante de confecção', com 20%, e 'auxiliar de lavanderia', com 7,5% (MTP, 2022). Como se pode constatar, a atividade econômica de confecção de roupas propriamente dita possuía mais trabalhadores com vínculos formais ativos em 31/12/2020 do que a atividade de acabamento (lavanderia).

⁵Na extração da RAIS/MTP (2020), selecionamos os seguintes códigos da Classificação Nacional da Atividade Econômica (CNAE 2.0): Grupo 14.2; Classes 14.11-8, 14.12-6, 14.13-4; Subclasses 1340-5/01, 1340-5/02, 1340-5/99, para os municípios Caruaru, Toritama, Santa Cruz do Capibaribe, Taquaritinga do Norte, Vertentes, Riacho das Almas, Surubim e Brejo da Madre de Deus, analisados no seu conjunto. Quanto às ocupações, fez-se uma primeira consulta à CBO ocupação 2002 no sistema Dardo Web, separando as de maior ocorrência dentro dos códigos CNAE. Na sequência, buscou-se diretamente pelas ocupações e algumas foram agrupadas pelo critério de similitude das tarefas, tais como: lavador (códigos: 516310, 516405); passador (códigos: 516325, 516415); costureiro (códigos: 763210, 763215); auxiliar de lavanderia (códigos: 516345, 516340).

Ao desagregarmos os dados e observarmos isoladamente o setor de acabamento em artigos têxteis e do vestuário, o número mais expressivo de trabalhadores é de auxiliar de lavanderia, correspondendo a 47% do total das ocupações principais do chão de fábrica nesses estabelecimentos, seguido dos passadores, que representam 34%. Juntos abarcam quase a totalidade dos trabalhadores nas lavanderias. Dos auxiliares, 45% são jovens e 59% compõem a faixa etária de 18 a 24 anos. Na confecção de roupas, 65% dos jovens de 18 a 24 anos estão empregados como ajudantes de confecção (MTP, 2022). O Gráfico 2 apresenta o cruzamento das ocupações com as faixas de remuneração:

Gráfico 2
Distribuição das ocupações por Faixa de remuneração⁶ na Indústria do Polo de Confeções de Pernambuco (2020)



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da RAIS/MTP (2022).

Em que pese a participação expressiva dos jovens nas ocupações centrais do chão de fábrica na região Agreste, pode-se notar que a remuneração média prevalecente do conjunto dos empregados compreende a faixa de 0,5 a 1,5SM (salários mínimos), sendo 46% entre 0,5 e 1,0SM, e 49% entre 1,01 e 1,5SM. A única ocupação com participação na faixa de 2,01 a 3SM é a de cortador, com 1 ocorrência (0,3% desse grupo), com a maioria, 80% dos cortadores, remunerada entre 1,01 a 1,5SM. Do total de empregados em 5 ocupações, mais de 55% posiciona-se na faixa de 0,51 a 1,0SM, sendo 63% dos ajudantes de confecção, 63% dos passadores, 58% dos operadores de estação de tratamento de água e efluentes, 57% dos conferentes, 56% dos auxiliares de lavanderia e 55% dos auxiliares de corte. Na faixa imediatamente superior, de 1,01 a 1,5SM, nota-se que bordadores, lavadores, operadores de caldeira e costureiros têm a maior participação, totalizando 70%, 68%, 65% e 55%, respectivamente, dentro de cada ocupação (MTP, 2022).

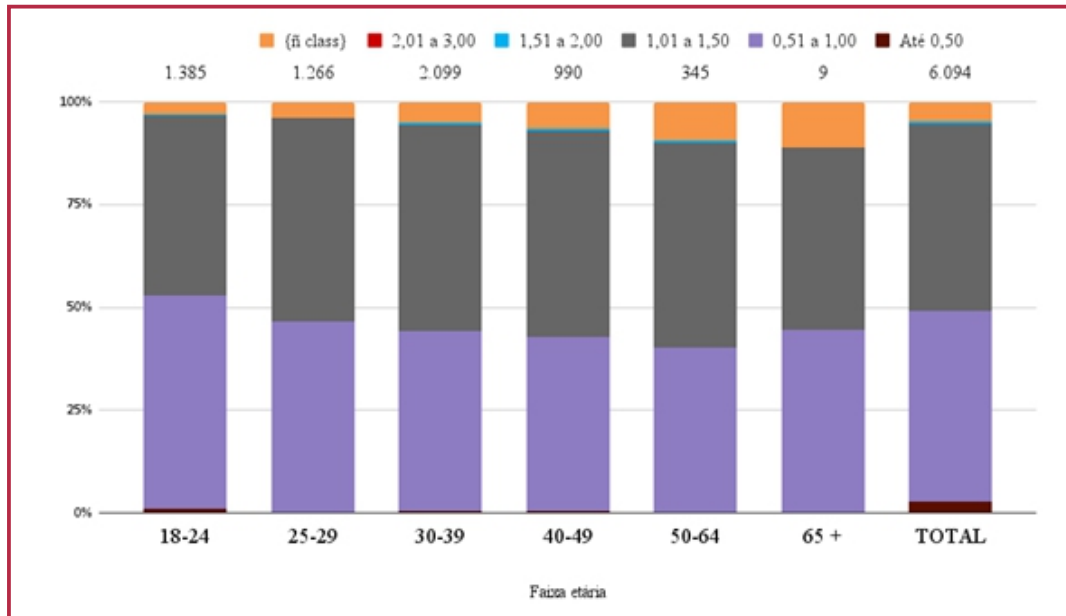
Percorrendo cada faixa de remuneração média no somatório de todas as ocupações, nota-se que 50% dos ajudantes de confecção e 38% dos costureiros possuem remuneração de até

⁶Na variável faixa de remuneração em dezembro em SM, a categoria não classificada engloba os vínculos com remuneração menor que 0,3 salários mínimos ou maior que 150 salários mínimos. Engloba os estabelecimentos que fizeram a declaração pelo eSocial (BRASIL, 2020).

0,5SM. 41% costureiros participam das faixas de remuneração de 0,51 a 1,0SM e 53% entre 1,01 e 1,5SM. De 1,5 até 2,0SM se destaca o cortador com 48% das ocorrências. A seguir, o Gráfico 03 apresenta o cruzamento das faixas de remuneração e etárias:

Gráfico 3

Distribuição das Faixas de remuneração por Faixas etárias na Indústria do Polo de Confeções de Pernambuco (2020)



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da RAIS/MTP (2022).

No conjunto dos empregados da indústria, os dados acima apontam que os jovens de 18 a 24 anos e os jovens-adultos, de 25 a 29 anos, juntos, participam a uma taxa de 49% da faixa de remuneração entre 0,5 e 1,0SM e a 47% entre 1,01 e 1,5SM, sendo estas, como já dissemos, as duas de maior representatividade nas ocupações analisadas. Para os adultos de 30 a 39 anos, a situação se inverte moderadamente e a maior participação, 50%, está na faixa de 1,01 a 1,5SM, quando comparada aos 44% compreendidos entre 0,5 e 1,0SM. O mesmo se aplica aos empregados de 40 a 49 anos, cuja remuneração média prevalecente para 50% deles é de 1,01 a 1,5SM e 43% é de 0,5 a 1,0SM. Esta proporção se repete na faixa etária de 50 a 64 anos e para os trabalhadores acima de 65 anos, a participação nas remunerações de 0,5 a 1,0SM e 1,01 a 1,5SM se equivalem, totalizando 45% (MTP, 2022).

À guisa de conclusão, os dados indicam baixos salários, com maiores chances de inserção dos jovens no trabalho operacional na atividade econômica de acabamento (lavanderia). Ali encontram-se as ocupações de auxiliar de lavanderia e passador, cujas tarefas manuais se caracterizam pelo intenso esforço físico e movimentos repetitivos. Em especial, o auxiliar transporta quilos de peças de roupas molhadas no chão de fábrica, distribuindo-as entre as máquinas no processo de lavagem, retira madeiras dos caminhões para alimentar as caldeiras, entre outras tarefas, conforme pesquisa realizada por Pereira (2018). Na atividade econômica de confecção propriamente dita, os jovens também trabalham majoritariamente como 'auxiliares' (ajudantes de confecção e auxiliares de corte). Nas 4 ocupações citadas, a remuneração prevalecente está entre 0,5 e 1,0SM, alcançando o teto na faixa subsequente de 1,01 a 1,5SM. A perspectiva de auferir maior salário na idade adulta não se confirma nos dados acima apresentados, visto que o avanço da faixa etária não significou incremento

significativo na remuneração dos empregados. Nas lavanderias, esse quadro se agrava na medida em que as ocupações de maior remuneração liberam força de trabalho pela via do uso de maquinário, a exemplo dos lavadores e operadores de caldeira/estação de tratamento de água e efluentes.

Aqui, pode-se referir a um processo de desigualdade cruzada, ao se reproduzir e aprofundar as condições desfavoráveis de inserção dos jovens no mercado de trabalho, ao se rarear as chances de ocupar postos de trabalho com maior remuneração, mesmo numa média geral rebaixada, e incremento na complexidade da tarefa pela introdução de maquinário, como é o caso da costura.

Referências

BRASIL-ME. **Nota técnica sobre a RAIS 2019 de 26 de outubro de 2020**. Brasília: Ministério da Economia. Disponível em <https://bit.ly/3C2wXly>. Último acesso em 10 nov. 2021.

Guimarães, N. A.; Brito, M. M. A de; COMIN, A. A. Trajetórias e transições entre jovens brasileiros: pode a expansão eludir as desigualdades? **Cadernos Novo estudo**, Cebrap, v. 39, n. 3, 2020. Disponível em <https://cutt.ly/4MQX7v7>. Último acesso em 13 nov. 2022.

MTP. **Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília: Ministério do Trabalho e Previdência. Sistema Dardo Web. Disponível em <https://cutt.ly/zMQCuHG>. Último acesso em 13 nov. 2022.

Pereira, A. M. B. A. **Dinâmica formal-informal em lavanderias de jeans e suas implicações nas relações de trabalho** (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível em <https://cutt.ly/VMQM0dX>. Último acesso em 14 nov. 2022.

Pereira, A. M. B. A.; Pereira, E.; Braga, B. M.; Freire, C. O padrão de relações de trabalho no polo de confecções do agreste de Pernambuco. In: Oliveira, R. V, de; Rodgers, G. **Desenvolvimento e regime de trabalho: a trajetória do nordeste do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2021. Disponível em <https://cutt.ly/GMQVe2o>. Último acesso em 13 nov. 2022.

Silva, S. R. **A juventude na "Sulanca"**: Os desafios da inserção no mundo do trabalho em Taquaritinga do Norte-PE (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2009. Disponível em <https://cutt.ly/xMWes1F>. Último acesso em 14 nov. 2022.

Sobreira, J. L. A Invisibilidade do Trabalho Infantil: Um estudo dos múltiplos discursos sobre o Trabalho Informal das Crianças na Confecção de Jeans do Agreste Pernambucano (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em <https://cutt.ly/pMWeEr6>. Último acesso em 14 nov. 2022.



É de inteira responsabilidade do(s) autor(es) desta edição do Boletim os conceitos e opiniões emitidos, não refletindo necessariamente a opinião da Comissão de Estudos Econômicos e do Conselho Editorial do Observatório Econômico do Corecon-PE.



Presidente: André Lima de Morais

Vice-Presidente: Poema Isis Andrade de Souza

Conselheiros Efetivos: André Lima de Morais
Diógenes Sócrates Robespierre de Sá
Keynis Cândido de Souto
Monaliza de Oliveira Ferreira
Paulo Roberto de Magalhães Guedes
Poema Isis Andrade de Souza
Priscila Michelle Rodrigues Freitas
Rafael Ramos da Conceição Moura

Conselheiros Suplentes: Adelson Santos da Silva
Fábio José Ferreira da Silva
José Farias Gomes Filho
Maria do Socorro Macedo Coelho Lima
Rosiane Ferreira de Andrade
Sandro Virgílio prado Ribeiro
Severino Ferreira da Silva

Conselheiro Federal: Fernando de Aquino Fonseca Neto

Conselheira Federal Suplente: Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera

Gerente Executiva: Rayssa Kelly Melo das Mercês

Comitê Editorial: André Lima de Morais
Fábio José Ferreira da Silva
Keynis Cândido de Souto
Maria do Socorro Macedo Coelho Lima
Monaliza de Oliveira Ferreira
Poema Isis Andrade de Souza
Rafael Ramos da Conceição Moura

Projeto Gráfico: Priscila Correia de Moura

Correspondência: Corecon/PE - Rua do Riachuelo, 105 - sala 212.
Ed. Círculo Católico - Boa Vista - Recife, PE.
CEP: 50.050-400
Tels.: 81 3039-8842 | 3221-2473 | 99985-8433

coreconpe@coreconpe.gov.br
www.coreconpe.gov.br

Boletim produzido em parceria entre
o **Corecon-PE** e a **UFPE/CAA**



/CoreconPE



@PECorecon



/corecon.pe